

Relacionamento tenso e difícil

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Tenso, difícil, tumultuado. Estes são alguns dos adjetivos utilizados por líderes partidários de situação e oposição para definir o relacionamento entre o Executivo e o Congresso nestes primeiros 100 dias do governo Collor. Amparado por uma base de sustentação parlamentar abrigada em diversos partidos, além de enfrentar a oposição, o governo se viu obrigado a manter uma constante mobilização no Congresso e ter que administrar insatisfações dentro dos próprios partidos que o apoiam.

"Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião", anunciou o presidente Fernando Collor perante o próprio Congresso, ao tomar posse no último dia 15 de março. Algumas semanas antes desse pronunciamento, ele e seu então recém-nomeado ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, o futuro ministro da Educação, senador Carlos Chiarelli, e o líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros, cuidaram de articular a base de sustentação para garantir a aprovação do plano econômico e demais iniciativas do governo. No dia seguinte ao discurso, depois do anúncio do plano econômico, surgiam os primeiros problemas dentro da própria base de sustentação congressional.



Ibsen Pinheiro

"Eu não estou surpreso, eu estou chocado com o plano", declarou o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), depois de tomar conhecimento das medidas econômicas. O Executivo precisou fazer um exaustivo trabalho de convencimento junto aos líderes do PFL, PTB, PL, PRN e PDC, partidos comprometidos com a sustentação do governo, mas desejosos de liberalizar um pouco mais o plano.

O Palácio do Planalto conseguiu convencer seus aliados a não mexer no plano, e na noite de 15 de abril impôs a primeira derrota à oposição, mantendo o texto da Medida Provisória 168.

Em seguida, o governo voltou a ter problemas com a base de sustentação. Uma resolução do Banco Central ampliando a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras

provocou protestos de partidos situacionistas e oposicionistas. A edição de duas medidas provisórias (153 e 156) definindo crimes contra o Fisco e referentes a abuso do poder econômico também levantara a discussão sobre a constitucionalidade de dispositivos do plano. O governo acabou por revogar esses três dispositivos.

A insatisfação com o não preenchimento de cargos federais e com a pouca atenção que alguns ministros destinavam aos políticos governistas contribuiu para a primeira derrota do Executivo, no Congresso, na votação da Medida Provisória 185, que tratava do efeito suspensivo para decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho. Isso ocorreu no dia 31 de maio. Além disso, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, acabou tendo que enviar ao Senado informações sobre movimentações bancárias às vésperas do plano, sob o risco de ser enquadrada em crime de responsabilidade.

"O governo tem demonstrado um permanente e grosseiro desprezo ao Congresso e aos representantes do povo", analisa o líder do PDT na Câmara, deputado Doutel de Andrade (RJ), ao fazer um balanço dos 100 dias de governo. Suas críticas principais recaem sobre o fato de o presidente Fernando Collor ter editado, no período, 44 medidas provisórias.

"O relacionamento não foi bom, não foi o desejá-

vel", lamenta o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), que também ataca o elevado número de medidas provisórias. "O relacionamento Governo/Congresso foi difícil e começou com alguns equívocos do governo. Mas as lições da derrota da Medida 185 e a suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal, da Medida Provisória 190 parecem ter sido compreendidas pelo governo", pondera o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro. Na sua opinião, o governo começa a melhorar o seu relacionamento com o Congresso.

Para o líder do PL, Afif Domingos, foi tumultuada a relação entre o Executivo e o Congresso nesse período. Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), o processo não foi bem conduzido.

"Este é um ano eleitoral, o que complica um pouco o diálogo Executivo/Legislativo", justificou o líder do governo, deputado Renan Calheiros. Ele reconhece ter sido obrigado a "administrar problemas de toda ordem" para manter a maioria governista, e repete acusações de que Collor desrespeitou a Constituição. "Quando o governo teve dúvida quanto à constitucionalidade de uma medida, revogou-a. E acatou a decisão do Supremo, com relação à Medida Provisória 190", declarou. Apesar de tudo, Calheiros garante que a base de sustentação parlamentar do governo continua firme.